

Cadernos de estágio

Entre teoria e prática: reflexões sobre a prática pedagógica no ensino de história no estágio supervisionado

Igor Ruan Rodrigues Bezerra

Informações

1 igorruan651@gmail.com

Como citar este texto

BEZERRA, I. R. R. Entre teoria e prática: reflexões sobre a prática pedagógica no ensino de história no estágio supervisionado. Cadernos de Estágio, v. 7, n. 3. DOI: [10.21680/2763-6488.2025v7n3ID40775](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2025v7n3ID40775).



Este relato propõe analisar experiências vivenciadas por alunos e alunas em estágio curricular supervisionado (ECS), do curso de Licenciatura em Biologia na modalidade a distância da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Nosso objetivo é ampliar as discussões acerca da formação inicial de professores, refletindo aspectos sobre a construção da identidade e dos saberes docentes.

O ECS é um componente curricular obrigatório nos cursos de formação inicial de professores e é entendido por nós como um campo de conhecimento e eixo curricular central na grade curricular do curso. Compreendemos ainda que o ECS possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao futuro exercício profissional dos licenciandos. Soma-se à essa compreensão a própria natureza inovadora do curso que, tem uma proposta modular e interdisciplinar como projeto acadêmico. Assim sendo, faremos uma breve descrição do curso para a melhor compreensão do ECS na formação dos nossos professores.

Características curriculares e pedagógicas do curso

O curso de Licenciatura em Biologia na modalidade a distância da UESC iniciou sua primeira oferta em 2007 no âmbito dos Programas Pró-Licenciatura I e II da Secretaria de Educação a Dis-

tância (SEED), Secretaria de Educação Básica (SAEB) e Ministério da Educação (MEC), que visavam dar formação aos professores da rede pública estadual em efetivo exercício sem habilitação pedagógica, sob a coordenação do Instituto Anísio Teixeira (IAT).

O projeto pedagógico com proposta modular e interdisciplinar foi criado por um consórcio de Universidades (Consórcio Setentrional) constituído por Instituições Públicas dos Consórcios Regionais: UNIVIR-CO, AMAZÔNIA NET e CONSÓRCIO BAHIA, todos do Consórcio Nacional UniRede, hoje denominada Associação Universidade em Rede.

O projeto pedagógico do curso tem uma concepção pautada na abordagem modular e interdisciplinar, organizada em três eixos temáticos que perpassam por uma temática central, de forma que os assuntos abordados sejam discutidos sob seus desdobramentos biológicos, pedagógicos e filosóficos:

- 1- Eixo Biológico: enfoca os processos biológicos numa perspectiva fortemente eco evolutiva;
- 2- Eixo Pedagógico: trabalha os fundamentos e metodologias para a prática docente;
- 3- Eixo Biologia, Sociedade e Conhecimento: situa os conhecimentos como produções humanas dentro de um contexto filosófico, histórico, social, político e ambiental.

O estágio supervisionado obrigatório é uma etapa essencial na formação de futuros professores, pois oferece a oportunidade de vivenciar na prática os desafios e a dinâmica do ambiente escolar. Durante o período em que realizei o estágio no contexto do Ensino de História no Ensino Médio, tive a chance de observar de perto as metodologias adotadas pelos professores, além de entender como as diretrizes educacionais previstas nos documentos oficiais são aplicadas no cotidiano da sala de aula.

Ao vivenciar essas práticas pedagógicas, pude refletir sobre as metodologias utilizadas no ensino de História, como elas se conectam com a teoria aprendida ao longo da formação acadêmica e como os estudantes se relacionam com os conteúdos históricos abordados. O estágio não apenas me proporcionou uma visão mais clara das demandas do ensino de História, mas também me ajudou a compreender como é possível aplicar as orientações curriculares de forma prática, considerando as realidades e especificidades de cada turma.

No Brasil, a educação é regida por um conjunto de normas e diretrizes que visam garantir a qualidade e a equidade no processo de ensino. No contexto do ensino de História, esses documentos orientam a prática pedagógica, assegurando que o ensino se desenvolva de maneira estruturada e de acordo com as necessidades formativas dos estudantes. Entre os principais marcos legais

que regulamentam a educação no país, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Esses documentos são essenciais para que o ensino de História, assim como outras áreas do conhecimento, seja ministrado de forma coerente e integradora, atendendo às necessidades de uma formação integral dos alunos.

A LDB, por exemplo, estabelece em seu artigo 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, Lei nº 9.394, 1996). Assim, a educação escolar, que é regulamentada por essa lei, se desenvolve predominantemente por meio do ensino formal, realizado em instituições de ensino, o que inclui o ensino de História.

Esse arcabouço legal e curricular proporciona um guia para que os professores de História possam planejar e executar suas aulas de forma alinhada com os objetivos educacionais do país, fomentando uma aprendizagem crítica e reflexiva. Além disso, o ensino de História, em particular, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e de sua identidade histórica,

promovendo uma visão crítica sobre os acontecimentos passados e suas repercussões no presente.

No contexto do ensino de História, os documentos que orientam a educação brasileira destacam a importância de um ensino que vá além da simples transmissão de fatos históricos, buscando promover o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), em particular, propõe uma abordagem integrada para o ensino de História, considerando os diversos contextos sociais, culturais e históricos nos quais os conteúdos se inserem. A BNCC enfatiza a necessidade de trabalhar com práticas que envolvam a interpretação e a análise crítica de diferentes fontes e contextos históricos, promovendo a construção do conhecimento histórico de forma significativa e contextualizada.

A BNCC (2018, p. 565) traz em sua proposta a seguinte orientação:

Todavia, os humanos têm, também, necessidades relacionadas à sua subsistência. Nesse sentido, exercem atividades que implicam relações com a natureza, agindo sobre ela de maneira deliberada e consciente, transformando-a. Esse processo contribui para que o indivíduo se produza como ser social. A sociedade, da qual faz parte o indivíduo, consiste em um grupo humano, ocupante de um território, com uma forma de organização baseada em tradições, práticas, hábitos, costumes, modos de ser e valores, responsáveis por sua especificidade cultural. Na construção de sua vida em sociedade, o indivíduo estabelece relações e interações sociais com outros indivíduos, constrói sua percepção de mundo, atribui significados ao mundo ao seu redor, interfere na natureza e a transforma, produz conhe-

cimento e saberes, com base em alguns procedimentos cognitivos próprios, fruto de suas tradições tanto físico-materiais como simbólico-culturais. A forma como diferentes povos e sociedades estruturam e organizam o espaço físico-territorial e suas atividades econômicas permite, por exemplo, reconhecer a influência que esses aspectos exercem sobre os diversos modos como esses grupos estabelecem suas relações com a natureza, incluindo-se os problemas ambientais resultantes dessas interferências. As relações que uma sociedade tem com a natureza também são influenciadas pela importância atribuída a ela em sua cultura, pelos valores sociais como um todo e pela informação e consciência que se tem da importância da natureza para a sustentabilidade do planeta. (Brasil, 2018, p.565)

Essa perspectiva, aplicada ao ensino de História, permite uma reflexão mais profunda sobre como as sociedades se organizam ao longo do tempo e como as suas relações com o ambiente, com a economia e com a cultura influenciam a construção de identidades e práticas sociais.

Nesse sentido, o ensino de História deve contribuir para que os alunos compreendam as transformações sociais, políticas e culturais, reconhecendo a diversidade de perspectivas e interpretações sobre os fatos históricos. Ao mesmo tempo, é fundamental que o professor promova um ensino que ajude o estudante a perceber a relação entre o passado e o presente, contextualizando os acontecimentos históricos e incentivando a análise crítica sobre as influências desses processos na sociedade contemporânea. O estudo da História, dessa forma, deve ser entendido como um instrumento para a construção da cidadania, da identidade e da consciência

social do aluno.

No Ensino Médio (EM), a educação tem se adaptado às novas demandas e interesses dos alunos, que cada vez mais se voltam para questões de autoconehecimento e desenvolvimento pessoal. Essa mudança no perfil dos estudantes reflete-se diretamente na organização curricular, que busca aproximar o ensino de História das práticas cotidianas e das experiências vividas pelos alunos. Ao integrar a História ao contexto social e aos desafios do mundo contemporâneo, o ensino dessa disciplina não se limita a uma simples exposição de fatos do passado, mas visa estimular o pensamento crítico, a análise e a reflexão sobre os processos históricos que moldaram o presente.

A BNCC propõe que o ensino de História no Ensino Médio seja centrado no desenvolvimento de competências específicas, permitindo que os alunos não apenas compreendam o passado, mas também se posicionem criticamente em relação aos processos históricos e sociais que ocorrem ao seu redor. As competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que orientam a prática pedagógica no Ensino Médio, destacam-se pela sua ênfase na análise dos processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. Essa abordagem favorece a compreensão das relações entre os diferentes tempos e espaços históricos, desenvolvendo a capacidade dos alunos de analisar e interpretar os

fenômenos de maneira contextualizada.

As competências da BNCC orientam os professores a estimularem os alunos a analisarem e refletirem sobre temas como a formação de territórios e fronteiras, as relações de produção, capital e trabalho, e a interação das sociedades com a natureza. O ensino de História, dessa forma, contribui para que os alunos compreendam os impactos econômicos, sociais e ambientais das ações humanas, e também para que desenvolvam uma postura ética e crítica diante das desigualdades e da violência presentes na sociedade.

Além disso, ao propor uma educação mais voltada para o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas, a BNCC destaca a importância da construção de argumentos fundamentados em dados históricos e evidências. O ensino de História no Ensino Médio, portanto, já está mais direcionado para o desenvolvimento de habilidades como a elaboração de hipóteses e a composição de argumentos, estimulando os alunos a questionarem, investigarem e compreenderem as complexas relações que estruturam a sociedade. Isso permite que eles participem de forma mais consciente e qualificada do debate público, desenvolvendo a autonomia, a consciência crítica e a responsabilidade, aspectos essenciais para o exercício da cidadania.

A História, no contexto do Ensino Médio, vai além de uma disciplina que ape-

nas transmite conhecimentos; ela é um instrumento poderoso para a formação de cidadãos capazes de analisar criticamente a realidade, propondo soluções e atuando ativamente na sociedade. Ao integrar essas competências e focar no desenvolvimento de habilidades cognitivas e reflexivas, o ensino de História se torna uma prática essencial para ampliar as capacidades dos alunos, preparando-os para compreender e transformar o mundo ao seu redor.

Nesse sentido, o ensino de História no Ensino Médio não se limita a uma perspectiva tradicional ou fragmentada, mas integra diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

Na transposição do conhecimento histórico para o nível médio, é de fundamental importância o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos das épocas passadas – e também do presente. Nesse exercício, deve-se levar em conta os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e suportes através dos quais se expressam. (Brasil, 2002, p. 22).

Assim, ao enfatizar a contextualização e interpretação das fontes, o ensino de História se aprofunda na análise de como as diferentes sociedades se organizam, considerando os impactos das práticas sociais ao longo do tempo.

Além disso, a contribuição da Nova História, também conhecida como *Nouvelle Histoire*, tem sido essencial para

essa renovação do ensino de História. Esse movimento historiográfico surgiu na década de 1970, representando a terceira geração da Escola dos *Annales*. Diferentemente da história tradicional, centrada em grandes personagens e eventos políticos, a Nova História busca compreender o passado por meio da cultura, das representações coletivas e das estruturas mentais das sociedades. Segundo os PCN do Ensino Médio, essa vertente:

[...]Tem igualmente contribuído para as indagações relativas ao funcionamento das sociedades, de maneira a integrar as multiplicidades temporais, espaciais, sociais, econômicas e culturais presentes em uma coletividade, destacando investigações sobre a história das “mentalidades” na interpretação da realidade e das práticas sociais. Nessa vertente, as representações do mundo social passaram a ser analisadas como integrantes da própria realidade social e possibilitaram uma redefinição da história cultural. (Brasil, 2002, p. 21-22).

A integração de múltiplas dimensões da experiência humana, como ritos, festas, hábitos alimentares, tratamentos de doenças e outras manifestações culturais, permite uma abordagem mais rica e dinâmica da História, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão mais abrangente do passado e suas conexões com o presente.

Essas abordagens se alinham à proposta da BNCC, que visa um ensino que não apenas compreenda os eventos históricos, mas também os interprete de forma crítica, levando os alunos a questionarem as narrativas e a refletirem sobre os processos que moldaram as so-

tidades. Com isso, o ensino de História no Ensino Médio se torna um espaço de desenvolvimento de competências que capacitam os estudantes a ler nas entrelinhas e a participar ativamente do debate sobre os temas contemporâneos, com uma compreensão mais aprofundada dos elementos históricos que moldam a realidade atual.

É nesse contexto de constante transformação e pesquisa que se insere o ensino de História, que deve ir além da simples memorização de fatos e datas, focando na formação de cidadãos críticos e reflexivos. Durante o estágio, minha observação se concentrou em como as diretrizes e abordagens contemporâneas do ensino de História são aplicadas na prática escolar, revelando tanto os avanços na busca por um ensino mais contextualizado e dinâmico quanto às dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos. A prática docente no ensino de História enfrenta desafios como a superação do ensino tradicional, a incorporação de novas metodologias que estimulem a reflexão e a análise crítica, além da necessidade de integrar diferentes perspectivas e fontes históricas, de modo a construir um aprendizado mais significativo e conectado à realidade dos estudantes.

O Ensino de História: Avanços, Desafios e a Persistência do Tradicionalismo nas Práticas Educativas

A análise das práticas pedagógicas que observei durante meu estágio revela um cenário paradoxal no ensino de História. Embora existam avanços significativos em termos de diretrizes educacionais, como as propostas pela BNCC (2018), ainda há uma persistente desconexão entre essas orientações e a realidade da sala de aula. A BNCC e outros documentos normativos, como os PCNs (1997), destacam a importância de um ensino de História que ultrapasse a simples memorização de eventos e datas, promovendo a formação crítica e reflexiva dos alunos. No entanto, a aplicação dessas diretrizes na prática muitas vezes se vê limitada pela resistência a mudanças e pela permanência de métodos tradicionais.

Apesar das inovações pedagógicas que incentivam o ensino de História por meio de fontes diversas, debates, e análises de contextos históricos amplos, muitos professores ainda enfrentam dificuldades para implementar essas metodologias. A falta de recursos materiais e tecnológicos, aliada à formação continuada insuficiente, dificulta a integração de novas práticas pedagógicas que possam engajar os alunos de maneira mais eficaz. Como resultado, muitos estudantes demonstram um desinteresse significativo pelas aulas de História, o

que reflete a ausência de conexão entre o conteúdo apresentado e suas realidades cotidianas.

As práticas tradicionais, que ainda prevalecem em muitas escolas, contribuem para esse cenário. Aulas expositivas, baseadas em livros didáticos e na simples repetição de conceitos, continuam sendo a norma em muitas instituições, afastando os alunos de uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Isso cria um ciclo vicioso, onde o ensino não progride de forma eficiente, e o distanciamento entre os conteúdos abordados e a vivência dos estudantes só aumenta.

Portanto, é urgente que o ensino de História seja repensado e reformulado, de modo a se alinhar mais estreitamente com as diretrizes nacionais e com as necessidades dos alunos. A formação de cidadãos críticos e conscientes, que entendam e analisem os processos históricos em suas diversas dimensões sociais, econômicas e culturais, deve ser uma prioridade. Para que isso aconteça, é fundamental que as escolas e os professores se comprometam com a inovação pedagógica, superando as limitações impostas pelo tradicionalismo e pelo déficit de recursos, para que os alunos possam, de fato, se envolver e refletir sobre a História de maneira mais aprofundada e relevante.

Outro fator que contribui para o desinteresse é a ausência de metodologias inovadoras que valorizem a História

como um campo dinâmico e integrado. O uso limitado de fontes históricas, debates, materiais interativos ou recursos tecnológicos, por exemplo, impede que os alunos vivenciem a disciplina de maneira mais ativa e contextualizada. Isso se agrava em escolas que enfrentam dificuldades de infraestrutura ou falta de formação continuada para os professores, o que limita ainda mais as possibilidades de diversificar as práticas pedagógicas.

Dessa forma, é essencial repensar o ensino de História, priorizando metodologias que despertem nos alunos a curiosidade e o desejo de aprender. Estratégias como aulas investigativas, projetos interdisciplinares, jogos educativos e análise de fontes primárias podem tornar as aulas mais dinâmicas e relevantes, incentivando os estudantes a compreenderem a importância dos processos históricos e a se engajarem de maneira mais ativa no aprendizado.

Durante minha observação no estágio, ficou evidente que a falta de continuidade no ensino de História, devido à ausência do professor na primeira metade do ano letivo, gerou uma situação de desinteresse por parte dos alunos. Quando o docente assumiu a disciplina no meio do ano, muitos estudantes já estavam acostumados a uma rotina sem o ensino de História, o que dificultou a criação de um vínculo entre os alunos e a matéria. Esse cenário refletiu diretamente na falta de motivação dos alunos,

que demonstraram um distanciamento evidente do conteúdo.

Esse desinteresse dos estudantes é agravado pela abordagem tradicional adotada nas aulas, em que o ensino de História se limita, muitas vezes, à repetição de informações descontextualizadas, sem uma conexão com as vivências dos alunos. A falta de uma abordagem mais interativa e contextualizada impede o desenvolvimento de uma compreensão crítica da História, o que é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e capazes de analisar os processos históricos de forma reflexiva. Além disso, a escassez de recursos e a falta de um planejamento mais flexível e adaptado às necessidades dos alunos contribuem para essa desconexão entre o ensino de História e os interesses dos estudantes. Para reverter essa situação, é imprescindível que os professores busquem integrar novas metodologias, para criar um ambiente mais dinâmico e envolvente.

Portanto, é essencial que as práticas avaliativas no ensino de História também sejam repensadas e alinhadas às orientações curriculares nacionais, com o objetivo de promover uma educação histórica que estimule a reflexão crítica dos alunos. Isso envolve a integração de atividades que permitam uma análise profunda de contextos históricos reais, conectando os eventos passados com as realidades sociais e culturais dos alunos. O ensino de História deve ultrapassar a

simples memorização de fatos e datas, favorecendo uma aprendizagem mais significativa, em que os estudantes possam refletir sobre os processos históricos em suas diversas dimensões sociais, econômicas e culturais.

A capacitação contínua dos professores, juntamente com a adoção de metodologias inovadoras e tecnologias educacionais, é crucial para a implementação de um ensino de História que se baseie em práticas mais dinâmicas e participativas. Dessa forma, a abordagem histórica deve ser pensada de maneira a envolver os alunos no processo de construção do conhecimento, tornando-os protagonistas da aprendizagem. Além disso, é fundamental que o ensino de História esteja alinhado com a BNCC (2018), promovendo um ensino que respeite as diversidades de contextos e favoreça a formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar a sociedade por meio do entendimento dos processos históricos.

Considerações Finais

A experiência de estágio evidenciou não apenas os desafios enfrentados pelo ensino de História nas escolas, mas também as lacunas entre as diretrizes oficiais e a prática pedagógica cotidiana. Embora documentos como a BNCC (2018) apontem para um ensino mais contextualizado e focado na formação de cidadãos críticos, a falta de recursos materiais, tecnológicos e de formação docente impede a superação de méto-

dos tradicionais que não engajam os alunos de maneira significativa. Esse cenário reflete a realidade de muitas escolas públicas brasileiras, onde o déficit de infraestrutura e a carência de investimentos dificultam a adoção de práticas pedagógicas inovadoras.

Para reverter o desinteresse dos alunos, é essencial implementar mudanças que priorizem o envolvimento ativo dos estudantes e a conexão dos conteúdos históricos com suas vivências e realidades. Algumas propostas incluem: adoção de tecnologias educacionais, tais como a utilização de ferramentas como plataformas digitais, jogos e vídeos interativos, pode tornar o ensino de História mais atrativo, ao mesmo tempo que promove habilidades relacionadas ao uso de tecnologia. Metodologias Ativas, estratégias como aprendizagem baseada em projetos (ABP), gamificação e estudos de caso podem incentivar a participação dos alunos, proporcionando um ensino mais dinâmico e colaborativo. Trabalhar com fontes históricas, integrar documentos, imagens e artefatos históricos no planejamento das aulas pode aproximar os alunos dos contextos abordados, estimulando sua curiosidade e senso crítico.

Incentivar a formação continuada dos professores, investir em capacitações que auxiliem os docentes a lidar com os desafios da sala de aula e a adotar práticas pedagógicas inovadoras é fundamental para transformar o en-

sino. Além disso, práticas pedagógicas de inclusão e contextualização devem levar em consideração a diversidade dos alunos e suas realidades. Ademais, projetos que abordem histórias locais ou conectem eventos históricos a questões contemporâneas podem aumentar o interesse dos estudantes.

Em síntese, superar o desinteresse dos alunos e alinhar o ensino de História às demandas do século XXI exige um esforço conjunto entre gestores, professores e a comunidade escolar. A busca por soluções que combinem inovação, formação docente e melhoria das condições estruturais das escolas é o caminho para tornar a disciplina mais relevante e significativa, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ensino Médio. Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Ciências humanas e suas tecnologias:** orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

131

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://pp-ghistoria.furg.br/images/Selecao/bittencourt-circe-ensino-de-historia-fundamentos-e-metodospdf.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SILVA, João Carlos da. **O Ensino de História no Contexto da Legislação Educacional Brasileira.** Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2319/1395>. Acesso em: 12 dez. 2024.